

## 'Extrativismo e cultura galega: quatro hipóteses críticas'

Miguellez-Carballeira, Helena; Pesado, Pablo

**Clara Corbelhe**

Published: 22/12/2023

Peer reviewed version

[Cyswllt i'r cyhoeddiad / Link to publication](#)

*Dyfyniad o'r fersiwn a gyhoeddwyd / Citation for published version (APA):*

Miguellez-Carballeira, H., & Pesado, P. (2023). 'Extrativismo e cultura galega: quatro hipóteses críticas'. *Clara Corbelhe*, (3), 19-29.

### **Hawliau Cyffredinol / General rights**

Copyright and moral rights for the publications made accessible in the public portal are retained by the authors and/or other copyright owners and it is a condition of accessing publications that users recognise and abide by the legal requirements associated with these rights.

- Users may download and print one copy of any publication from the public portal for the purpose of private study or research.
- You may not further distribute the material or use it for any profit-making activity or commercial gain
- You may freely distribute the URL identifying the publication in the public portal ?

### **Take down policy**

If you believe that this document breaches copyright please contact us providing details, and we will remove access to the work immediately and investigate your claim.

## **Extrativismo e cultura galega: quatro hipóteses críticas**

Pablo Pesado

Helena Miguélez-Carballeira

A justaposição das palavras «extrativismo» e «cultura» quiçais não resulte inteiramente intuitiva. O conceito de «extrativismo», tirado do âmbito da ecologia política e da crítica às assimetrias do poder na geopolítica do desenvolvimento, remete inicialmente para a exploração de recursos naturais. A tradição marxista ensinou-nos que os processos de despossessão e privatização de recursos do comum são estruturais ao modelo capitalista de produção económica e reprodução social. O conceito trotskiano do «desenvolvimento desigual e combinado», as «teorias da dependência» elaboradas desde os enclaves críticos ex-coloniais ou a teoria do «Sistema-Mundo» desenvolvido por Wallerstein defendérom que essas dinâmicas económicas estão desigualmente distribuídas no mundo e tendem a se perpetuar. Segundo aquelas, há regiões do globo abocadas a desenvolver as atividades económicas de menor valor acrescentado, como a extração de recursos naturais, e outras que detêm as posições de maior benefício e controlo na cadeia de produção – o processamento e distribuição daqueles recursos. Por último, graças a releituras do ecologismo marxista como as feitas por John Bellamy Foster ou Kohei Saito, podemos apreciar que os conflitos sociais contemporâneos não se livram apenas no plano da exploração laboral, senão também no dos recursos naturais e dos ecossistemas (p. e. Bellamy Foster e Clark, 2022).

Os espaços interdisciplinares abertos por tradições intelectuais como as anteriores podem acolher os propósitos doutras disciplinas diferentes, como a história e a crítica

cultural. Motivadas também, estas, e mais ainda em contextos como o galego, pola crítica aos sistemas de poder e subordinação presentes nas relações sociais e produtivas contemporâneas. Nestes últimos anos, de facto, produziu-se uma recuperação desses enquadramentos críticos para o âmbito da literatura comparada que produziu contributos de grande valor (WRC, 2015; Jelly-Schapiro, 2023). Conjuntarmos os esforços da crítica literária e do feminismo marxista, das teorias sistémicas da cultura, da literatura mundial, dos estudos pós- e decoloniais ou da ecocrítica em volta da noção de «extrativismo» pode resultar especialmente operativo para a historiografia cultural galega, por ser esta um campo crítico atravessado por processos históricos de apropriação e expropriação no material e no simbólico. A cultura galega pode, então, ser estudada como um espaço de relações desiguais que operam entre o económico, o político e o ecológico.

Neste artigo juntamos forças para oferecer quatro hipóteses críticas ao redor das questões acima apontadas. Não perseguimos esgotar um espaço teórico que necessariamente demanda um encontro plural de formações e disciplinas. O nosso intuito é, ao contrário, começar a desenvolver as potencialidades críticas da noção de extrativismo para a nossa caixa de ferramentas crítica. A partir dela tentaremos retomar, com olhar renovado, algumas das perguntas *clássicas* da disciplina: como se constituem historicamente as relações entre centros e periferias internacionais e qual é o lugar da Galiza nelas? Que tipo de dinâmicas vinculam os dois sistemas literários, espanhol e galego, que concorrem pela hegemonia no nosso território? Como entender hoje o complexo cenário de competência cultural e política do Ressurgimento oitocentista galego? Quais traços do pitoresquismo foram permitidos para a emergente diferença nacional galega em um contexto em que se consolidam a escrita literária profissional e a viagem e o turismo ocioso burguês? Quais foram os espaços e tempos da acumulação primitiva do capitalismo estatal e global na Galiza e como apareceram representados na

cultura galega? Que práticas extrativistas sustentou o projeto *desenvolvimentista* do franquismo na Galiza e que jeitos de resistência cultural as confrontárom? Qual é o lugar do rural e da sua violenta desarticulação na cultura galega moderna?

## **1. Existe um «extrativismo cultural» porque existe uma territorialização política da cultura**

O uso de estereótipos e outras imagens na literatura para caracterizar negativamente rivais políticos, lembrou mui recentemente Peres Vigo (2023: 21), é tão antigo como a própria literatura. É-o também a venda sistemática dos artefactos culturais do Outro em virtude do seu suposto carácter sobrenatural, rastejável já nas relações entre gregos e persas após as Guerras Médicas (Stratton, 2015). Os processos de colonização europeia na Idade Moderna exacerbárom essa tendência e inaugurárom um autêntico mercado internacional de produtos exóticos que incluía desde supostos fetiches rituais a animais desconhecidos na Europa. A mercantilização do exótico patenteou que existiam públicos nos centros mundiais dispostos a consumir as chamadas *mirabilia* coloniais, relatos surpreendentes localizados num lugar onde tudo parecia possível. Constituíam-se assim uma «geocultura» paralela à geopolítica (Wallerstein, 1992). Tal interesse saltou aos poucos também ao plano literário, pois a possibilidade de dedicar zonas da Terra a situar ficções que noutros locais não seriam admitidas como críveis abria uma profícua oportunidade de negócio.

Mas o que denominaremos aqui extrativismo cultural é solidário de um mundo em que existem Estados-nação com fronteiras claramente delimitadas e um potente mercado internacional da cultura em que a invenção do prelo permite produzir grandes quantidades de artefactos culturais seriados e vendê-los em locais distantes. Estado, capitalismo de imprensa (Anderson, 2006) e indústria cultural, são pré-requisitos deste tipo de

extrativismo, que vai além dos processos de conquista e colonização acaecidos desde os inícios da Idade Moderna.

No mínimo desde o século XIX, a maior parte de sistemas culturais estatalizados especializárom áreas do seu território («regiões») em certas formas e temas. Moretti (2003) estudou como nos territórios considerados leais e representativos das nações europeias se desenvolvêrom o costumismo e depois o realismo, enquanto nas regiões indómitas em que se artelhavam nacionalismos alternativos começárom a situar-se as ficções góticas de tema sobrenatural e a focalizar-se a rudeza de populações «primitivas». Tais representações estereotipadas prosperárom porque, para além, resultavam politicamente rendíveis, já que impediam aos adversários políticos internos a possibilidade de legitimarem um projeto político próprio: a modernidade, o progresso ou a civilidade não lhes correspondiam. O extrativismo cultural nasce assim de duas oportunidades históricas que se ligárom por casualidade: a de mercantilizar o exotismo colonial e a de exotizar as populações dominadas para diminuir a sua capacidade de organização e resistência.

A nossa hipótese é que nos contextos descritos (territórios politicamente dominados por um Estado com uma etnicidade oficial distinta) a cultura se comporta de maneira eminentemente material. O Estado-nação especializa esse território na produção de imaginários e discursos em bruto que nom podem ser extraídos do resto do seu âmbito de soberania: a ruralidade, a fantasia, o terror, a criminalidade, o subdesenvolvimento. Estes som «processados» nos centros metropolitanos por editoriais, produtoras filmicas e musicais, etc., que refinam essa matéria prima em produtos culturais aptos para o consumo geral. Ou, no mínimo, som convertidos em mercadoria no próprio território de que procedem por elites locais que têm como alvo um público externo.

Os locais que sofrem o extrativismo cultural adoitam ser obrigados a permanecer idênticos a si próprios no devir temporal, para assim funcionarem como «minas» de imaginários retardatários. Funcionam como «depósitos de ancestralidade» (Pesado, 2022) sempre prontos à extração. Por muito que a Galiza contemporânea seja um enclave fundamentalmente urbano, deve continuar a ser pensada segundo parâmetros próprios de há mais de um século. Só se existe um consenso sobre que no nosso território continua a existir uma grande massa sem alfabetizar, uma crença compartilhada na vida depois da morte, uma tendência ingénita para a criminalidade ou até uma suposta tendência espiritual para a saudade, o lirismo, a sentimentalidade... só assim é possível que a Galiza sirva para produzir em série ficções que rendem importantes lucros económicos na Espanha e enfraquecem o projeto de construção duma identidade nacional política e não simplesmente cultural.

## **2. O Ressurgimento constitui um período de extrativismo e de resistência culturais**

Um dos primeiros lugares em que se pode conferir o conflito pola posição da Galiza nos imaginários globais, no cenário cultural internacional e na cadeia de valor é o chamado Ressurgimento, frequentemente considerado o início da nossa literatura contemporânea. Nas primeiras linhas de um dos textos fundadores do renascimento literário galego oitocentista, *Aires d'a miña terra* ([1880] 1943), Manuel Curros Enríquez (1851–1908) reflexionava com ceticismo a respeito da possibilidade de construir uma posteridade literária nas periferias do poder cultural espanhol: «Escribir nada máis pra unha província /Ou, com'os povos árcades fixeron /Escribir sobre a casca d'os curtizos/ Cáxeque todo ven á ser o m-esmo» (inserir cita). Escrever tendo em mente apenas um público provinciano, declaravam com ironia os versos de Curros, é como escrever na casca de um sobreiro: isto é, um ato deliberado de auto-sabotagem autoral. O poema de abertura do texto currosiano colocava no centro do debate uma das questões fundamentais que gerou

a emergência de nacionalismos literários periféricos na Espanha oitocentista: a possibilidade de outras línguas além do castelhano servirem como veículos literários de pleno direito e erguerem as suas próprias instituições culturais.

Poderia-se entender o Ressurgimento literário galego desenvolvido na segunda metade do século XIX como sendo um campo de competição entre as diversas respostas que literatas, jornalistas e historiadores galegos dérom a esta pergunta. Tal hipótese oferece uma nova compreensão de como a tensão entre periferia e centro foi parte integrante das reflexões levadas a cabo polas figuras intelectuais que dialogárom com a possibilidade da Galiza se erigir em nação cultural no final do século XIX.

Sabemos, como se deixa ver em documentos da época como a correspondência entre Benito Vicetto e Manuel Murguia, que os intelectuais do Ressurgimento galego eram plenamente cientes da sua subalternidade com respeito aos centros madrilenos para a profissionalização de carreiras literárias (Barreiro e Axeitos, 2003: 75). A consciência de si mesmos como autores «provincianos» motivou, por tanto, os processos de construção autoral daquelas figuras que, como Emilia Pardo Bazán, ambicionavam a profissionalização literária em Madrid ainda escrevendo sobre temáticas galegas. Enquanto historiadores nacionais emergentes optárom pola via da auto-canonização através da criação de instituições culturais galegas espelhadas nas estatais (a via murguiana é um exemplo), a construção autoral de Pardo Bazán provincializa o lugar da literatura galega na Espanha oitocentista, praticando – esta é a nossa hipótese – um extrativismo de imaginário orientalizante sobre o ecossistema rural galego para consumo estatal.

Pode-se perceber isto nos seus romances de ambiente galego *El cisne de Vilamorta* (1885), *Los pazos de Ulloa* (1886), *La madre naturaleza* (1887), *Morriña* (1889) e

*Insolación* (1889), em que a teoria pardobazanianiana da subalternidade cultural galega fica vinculada a uma conceição da Galiza rural como sendo o espaço do atavismo racial, primitivo e violento. Com certeza, tal conceição da subalternidade galega deu a Pardo Bazán inúmeras oportunidades para a exibição literária de tropos e técnicas naturalistas, o qual lhe rendeu uma posição de destaque como uma intelectual espanhola moderna e profissionalizada, e não simplesmente como uma escritora regional, um epíteto que ela às vezes recebia, provavelmente para o seu desgosto (González-Millán, 2004: 45). O modelo pardobazanianiano de subalternidade galega é indissociável, por tanto, ao imaginário de uma Galiza rural «profunda» – isto é, subdesenvolvida, isolada e violenta ou, como se podia ler em um número recente do suplemento *Babelia* de *El País* em referência ao imaginário literário associado aos textos de Manuel Rivas, «campesino, coral, salvaje» (Rodríguez Marcos, 2023). Tal modelo foi explorado desde então como um quadro altamente rentável a nível estatal para a representação da diferença *regional* galega.

### **3. O extrativismo cultural diminui a soberania sistémica galega e desloca a tomada de decisões**

Tal e como exemplificamos na hipótese anterior, as áreas passíveis de extrativismo cultural apresentam dinâmicas de desenvolvimento literário desigual: a língua, a indústria editorial e a institucionalidade locais devem competir com aquelas oficializadas e defendidas pelo Estado. Com frequência, estas últimas fôrom implantadas no território pola força da violência, contam com apoios oficiais muito mais elevados e dirigem-se a uma demografia mais ampla – resultante, de regra, de uma aculturação violenta no passado.

O sistema literário galego encontra-se, com efeito, nessa situação. Dum olhar extrativista, trata-se de uma luta por definir qual é o papel da Galiza na cadeia de produção



cultural. Há agências que procuram construir um ecossistema editorial autóctone, maioritariamente dirigido para o público nacional e autónomo para seleccionar o que quer exportar e para que locais. Mas existe uma forte pressão desde o Estado por empregar a Galiza noutras funções distintas, que podem ser consideradas como extrativas: do ponto de vista do consumo, os públicos galegos devem alimentar maioritariamente a demanda cultural espanhola; do ponto de vista da produção, especializarem-se em gêneros e imaginários exóticos que não podem ser localizados em território «propriamente» espanhol, mas que som fundamentalmente editados e distribuídos por empresas espanholas. Nessa linha, e seguindo o que Moretti batizou como «lei de [Fredric] Jameson» (2000), enquanto as metrópoles escolhem quais som as *formas* literárias bem consideradas, as periferias vem-se amiúde limitadas a subministrar *cenários* pitorescos em que as situar e *tramas* surpreendentes com que fascinar os públicos centrais.

As consequências dessa concorrência cultural são notáveis em todas as áreas. A edição galega encontra importantes dificuldades para se desenvolver, pois deve competir polo seu público natural com produtores de tamanho muito maior. Assim se explicam os problemas do livro galego para chegar a um público já suprido polo equivalente espanhol, a marginalização em livrarias e bibliotecas e a conversão da literatura galega em pseudo-gênero literário. O reduzido tamanho do *público galego que lê em galego* leva as editoriais a posições muito conservadoras, tanto na diversidade e audácia dos textos como na escolha dos seus alvos. A falta de uma «macro-indústria editorial» (por falta de público) e de uma «micro-indústria cultural» (polo excessivo risco anexo a uma demografia pequena e partilhada) provocam um panorama editorial e literário pouco variado, e por isso mesmo incapaz de ampliar os públicos (Thompson, 2010).

Justamente ao invés, tanto indústria como autorias individuais sentem a constante gravitação do sistema cultural espanhol, que promete lucros económicos e capitais

simbólicos muito mais elevados. Nem somente os públicos galegos devem ser partilhados; também as trabalhadoras culturais e as autorias, que devem escolher entre os dois sistemas e as duas línguas. O sistema literário galego experimenta, assim, uma constante fuga de capital humano que dificulta a sua institucionalização. Esta gravitação acaba afetando também quem produz literatura em galego e desde editoras galegas. A esperança de obterem reconhecimento no Estado faz com que boa parte da cultura galega se execute com um potencial consumidor espanhol em mente, o que sincroniza os critérios de canonização de ambos os sistemas. Como o mercado espanhol tem uma enorme oferta, penetrar nele desde a Galiza obriga a representar posições *alterizadas* que precisamente não podem ser cultivadas desde os centros metropolitanos. Estas encontram com maior frequência o apoio da crítica literária, dos grandes públicos e dos júris de prémios literários.

A consequência é um deslocamento global da tomada de decisões. Enfraquece-se, no caminho, a capacidade galega de canonizar e o prestígio concedido por instituições galegas. A portagem oculta dos abundantes Prémios Nacionais espanhóis recebidos por poetas e narradoras galegas é que os distintivos simbólicos concedidos na Galiza valem cada vez menos. Ser uma autora galega *prestigiada* hoje passa, fundamentalmente, por receber importantes prémios espanhóis; um sintoma claro de dependência cultural e de perda de «soberania sistémica» (Torres Feijó, 2000).

Essa dependência é um laço de retroalimentação que produz uma «decantação» sociológica e ideológica. O sistema literário espanhol tende a selecionar para importação aquelas autorias que resultem politicamente amáveis e centrem a suas intervenções públicas na reivindicação do pluralismo cultural do Estado. E, por sua vez, as pessoas mais interessadas em entrar no sistema cultural espanhol são já as mais proclives a aceitar

as normas de jogo. A subordinação sistémico-literária da Galiza tem, por tanto, também conexões políticas que não devemos descurar.

#### **4. A literatura galega é um registo traumático da violência extrativa e ecossocial**

Na hipótese anterior referimos o carácter fundante da violência estatal nas relações de dependência do sistema cultural e literário galego em relação ao espanhol. Essa violência ultrapassa, porém, o plano macrossocial e aparece uma e outra vez no próprio cânone cultural galego.

A historiografia da violência franquista na Galiza da pós-guerra tem destacado a especial atenção com que o regime tratou os territórios rurais do país (Cabana, 2009: 58). Devido às necessidades de abastecimento alimentar da ditadura na imediata pós-guerra e à solidez da guerrilha no contexto rural galego, a violência física e a vigilância contínua que a ditadura exerceu sobre as comunidades camponesas galegas foi perversa, penetrante e duradoura (Cabana, 2009: 73–74). Paralelamente, as políticas de racionamento de alimentos do regime geraram uma sociedade doente e enfraquecida, pronta para o controle e a exploração (2009: 123–124). As subsequentes reformas agrárias do regime nas décadas de 1950 e 1960, que incluíram, entre outras ações, a expropriação e reflorestamento de vastas terras comunais para produção de madeira (Rico Boquete, 1995); a remodelação das principais bacias hidrográficas da Galiza para fins hidrelétricos; e a consolidação da «concentração parcelaria», que acabou com a característica partição em pequenas leiras da agricultura de subsistência galega (Sotelo Blanco, 1994), implantou um programa extrativista para a «modernização» agrária galega sob a proteção de um regime totalitário de exceção.

A bibliografia sobre as consequências destas medidas nos planos económico, demográfico e ambiental é bem extensa (García-Sabell, 1975; Beiras, 1982; González

Pérez e Somoza Medina, 1997; Lois-González, 2002; Constenla, 2017; Rodríguez, 2018). Também não são raras as referências ao carácter traumático ou violento deste processo, mas a questão de como este trauma continua a se manifestar na sociedade galega contemporânea fica ainda no ar. A combinação entre a crítica ecológica ao extrativismo e os estudos culturais sobre o trauma e a memória podem dar uma via para começarmos a traçar uma resposta e, simultaneamente, repensarmos o lugar do rural na cultura galega contemporânea. Destarte, o chamado «ruralismo» que caracteriza a produção cultural galega moderna poderia ser compreendido, não como um defeito ou teima do cânone, senão como um sintoma recorrente do sofrimento coletivo causado pelas muitas modalidades de violência extrativa aplicadas ao «velho complexo agrário galego» (Bouhier, 1979/2001). Um dó, isto é, cujos sinais no simbólico abrolham nesse colossal arquivo da memória rural galega danada que conformam a criação literária e artística dos séculos XX e XXI.

Com certeza, vários textos importantes do cânone literário galego da segunda metade do século XX abordam frontalmente os processos traumáticos associados ao desenvolvimentismo extrativista franquista e as suas consequências nos ecossistemas e população rural galega. Entre estes, encontram-se a destruição de património natural, arqueológico e arquitetónico tradicional galego, a migração económica massiva, o trauma afetivo ou a desintegração social derivada da deslocação e proletarização acelerada. *Morrer en Castrelo de Miño* (1978) de Xosé Fernández Ferreiro, *A vila asulagada* (1981) de Daniel Cortezón ou *A ponte das poldras* (1996) de Chus Pato, entre outros textos, dérom tratamento literário aos processos e consequências do que Ana Fernández Cebrián chama «capitalismo hidráulico», isto é, o tipo de «economia extrativista que gira em torno da desapropriação do território e dos recursos naturais por parte do Estado e das empresas de eletricidade» (Fernández Cebrián, 2023: 56). *Adios, María* (1971) de Xohana Torres

narra as consequências do êxodo rural galego na segunda metade do século XX, centrando-se no fenómeno da fuga de cuidados, através do qual as mulheres rurais deixavam os filhos aos cuidados das avós, tias ou mesmo dos maridos, para se juntarem à mão-de-obra migrante do sul europeu que chegava aos centros industriais alemães, suíços, franceses ou britânicos. Em filmes como *Crebinsky* (2011) e *Os dias afogados* (2015), a «violência lenta» associada à construção de barragens (Nixon, 2011) é representada através das dificuldades que o sujeito pós-rural galego tem no momento de tentar nomear a experiência traumática do alagamento da casa. Tomados em conjunto, estes e outros marcos da produção cultural galega contemporânea revelam algumas das consequências contemporâneas de um espólio levado a cabo por meio de repetidos atos de violência ecossocial, que ainda hoje não fôrom expressamente reconhecidos nem adequadamente reparados.

### **Conclusões**

Até aqui vimos de explorar quatro hipóteses possíveis para ilustrar como a disciplina da historiografia cultural galega pode beneficiar-se dos estudos do extrativismo. Este pode ajudar-nos a abordar criticamente a relação entre o material e o cultural no contexto galego, pondo o foco em questões tais como o papel da cultura galega no Sistema-Mundo, os processos fundacionais da literatura galega moderna, as relações contemporâneas com o sistema literário espanhol ou a própria configuração da nossa tradição literária. Acreditamos, contudo, que essas são apenas algumas das áreas que se podem beneficiar de uma focagem centrada no extrativismo; por isso mesmo, este artigo quer ser um convite a ampliá-las de maneira conjunta, tanto nos âmbitos da reflexão teórica como da praxe militante ou da criação artística e cultural.

Apenas uma nota final, agora, sobre como interiorizarmos os possíveis resultados desse trabalho comum. Com frequência, a análise das dinâmicas de subordinação e alterização que submetem a Galiza ao Estado Espanhol conduzem para uma reação emocional relacionada com a «aldragem», termo de longa vigência na história das reivindicações soberanistas na Galiza. A fúria é um afecto político e o seu protagonismo nos processos revolucionários, indispensável. Mas uma resposta ao extrativismo cultural deve contemplar também outros repertórios emocionais e, sobretudo, um esforço partilhado de orientar essa indignação para diagnósticos úteis e projetos de desenvolvimento cultural paralelo. Como contrapormos a nossa forte dependência cultural? Como reler o evidente papel que os imaginários da Galiza rural atávica ou do vergel atlântico jogam na atual transformação do país em território sacrificado para a transição energética corporativa e a terciarização turística? Como recuperarmos a nossa capacidade de atração cultural para constituirmos um centro próprio? Como reintegramos a experiência do trauma extrativo na nossa auto-descrição histórica sem aceitar o papel passivo a que nos relegou a historiografia oficial? A resposta a essas perguntas poderia orientar hoje a historiografia cultural galega, convertida assim tanto em agente de crítica como em agente de planificação. Nesse duplo movimento de descrição e ação reside a nossa possibilidade de reverter as poderosas dinâmicas extrativas que afetam o nosso campo cultural.

## **Bibliografia**

Anderson, Benedict. 2006. *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Londres / Nova York: Verso.

Balboa López, Xesús (2008) «Da cultura do lume á barbarie incendiaria», em X. L. Axeitos, Emilio Grandío Seoane, Ramón Villares (eds.) *A patria enteira: homenaxe a Xosé Ramón Barreiro Fernández*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura, pp. 815–839.

Beiras, Xosé Manuel et al (1982) «*O atraso*» e nós: *aportacións para un debate encol do atraso económico de Galicia*. Sada: Edicións do Castro.

Bouhier, Abel (1979, 2001) *Galicia: ensaio xeográfico de análise e interpretación dun vello complexo agrario*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia/Caixa Nova.

Barreiro, Xosé Ramón e Xosé Luis Axeitos (eds) (2003) *Cartas a Murguía*. Vol. 1. A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza.

Bellamy Foster, John e Brett Clark (2022) *The Robbery of Nature: Capitalism and the Ecological Rift*. Nova Iorque: New York University Press.

Cabana, Ana (2009) *Xente de orde: o consentimento cara ao franquismo en Galicia*. Santa Comba: TresCtres Editores.

Constenla, Xosé (2017) *O colapso territorial en Galiza*. Vigo: Galaxia.

Fernández Cebrián, Ana (2023) «Roots Under the Water: Dams, Displacement, and Memory in Franco's Spain (1950–1967)» em L. I. Prádanos (ed.) *A Companion to Spanish Environmental Cultural Studies*. Suffolk: Tamesis, pp. 55–60.

García-Sabell, Domingo et al (1975) *A Galicia rural na encrucillada*. Vigo: Galaxia.

González-Millán, Xoán (2004) «E. Pardo Bazán y su imagen del ‘Rexurdimento’ cultural gallego en la Revista de Galicia», *La Tribuna: Cadernos de Estudos da Casa Museo Emilia Pardo Bazán*, 2: 35–64.

González Pérez, Jesús e José Somoza Medina (1997) *O avellentamento demográfico en Galicia e as súas consecuencias*. Santiago de Compostela: Servicio de Publicacións da Universidade de Santiago de Compostela.

Jelly-Schapiro, Eli (2023) *Moments of Capital. World Theory, World Literature*. Stanford: Stanford University Press.

Lois-González, Rubén (2002) «Economic Growth, Ecological Consequences and Depopulation in the Rural Areas of Galicia (Spain)», em Heikki Jussila, Roser Majoral e Bradley Cullen (eds.) *Sustainable Development and Geographical Space: Issues of Population, Environment, Globalization and Education in Marginal Regions*. Aldershot: Ashgate, pp. 37–48.

Moretti, Franco (2000) «Conjectures on World Literature». *New Left Review* 1: 54–68.

— (2003) *Atlas do romance europeu 1800–1900*. Traducido por Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo.

Peres Vigo, Alexandre (2023) *Do ódio à paródia. O estereótipo antigalego na literatura espanhola do século XVII*. Santiago de Compostela: Através Editora.

Pesado, Pablo (2022) *Realismo máxico, conflito nacional e metaficción historiográfica de referencia galega (1972–1987)*. Tese de doutoramento (Universidade de Santiago de Compostela).



Rodríguez, David (2018) *O canastro sen tornarratos. Resistencia popular na era do capitalismo sen democracia. Unha ollada galega*. Vigo: Xerais.

Rodríguez Marcos, Javier (2023) «Los libros vienen de París». *El País. Babelia*. 26 Agosto. Disponível em: <https://elpais.com/babelia/2023-08-26/los-libros-vienen-de-paris.html>

Stratton, Kimberly B. (2015) «Early Greco-Roman Antiquity», em David J. Collins ed. *The Cambridge History of Magic and Witchcraft in the West*, 83–112. Cambridge: Cambridge University Press.

Thompson, John B. (2010) *Merchants of Culture. The Publishing Business in the Twenty-First Century*. Malden, Massachussets: Polity Press.

Torres Feijó, Elias J. (2000) «Norma lingüística e (inter-)sistema cultural. O caso galego». Em *Actas del Congreso Internacional de Historia y Cultura en la Frontera. I Encuentro de Lusitanistas Españoles* (vol. II), 967-996. Cáceres: Universidad de Extremadura.

Wallerstein, Immanuel (1992) *Geopolitics and Geoculture: Essays on the Changing World-System*. Cambridge: Cambridge University Press.

The Warwick Research Collective [WReC] (2015) *Combined and Uneven Development: Towards a New Theory of World Literature*. Liverpool: Liverpool University Press.